

**A. I. Nº** - 281521001015-0  
**AUTUADO** - METALÚRGICA IPIRANGA LTDA-ME  
**AUTUANTE** - AUGUSTO CESAR CAMPOS DOS SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ JUAZEIRO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 08.03.2016

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

##### **ACÓRDÃO JJF Nº 0010-04/16**

**EMENTA:** ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE ATIVO IMOBILIZADO FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. A autuação contém vícios que afetam a sua eficácia, haja vista não conter elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração. A fiscalização não trouxe aos autos provas do tempo em que os bens permaneceram no Ativo Imobilizado da empresa emitente do documento fiscal estabelecida no Paraná, se inferior ou superior a um ano. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 18/05/2015, refere-se à exigência de R\$65.960,00 de ICMS, acrescido da multa de 60%, em razão da falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento no mês de julho de 2014.

O autuado apresentou impugnação (fls. 27 a 32 do PAF) e após transcrever o teor da acusação afirma ser improcedente o crédito tributário objeto do auto de infração utilizando os seguintes argumentos:

De acordo com o dispositivo do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, mais especificamente o Art.3º, XIII aprovado pelo Decreto 6.080/2012, que transcreveu, a venda de um bem do ativo incorporado e usado por determinada empresa é abrigada pela não incidência do imposto, naquele Estado.

Por outro lado, o estado da Bahia trata da matéria no inc. VII do art. 3º a Lei 7.014 e consequentemente não há o que se falar em obrigatoriedade do pagamento da diferença de alíquotas, tendo em vista que o bem adquirido para compor o próprio ativo imobilizado, na condição de um bem usado por mais de um ano (neste caso foram mais de 5(cinco) anos), encontra-se com a fase de tributação encerrada.

Transcreve o PARECER nº 00330/2013 DE 07/01/2013 emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia-SEFAZ-BA para demonstrar que o entendimento é de que a compra de um bem do ativo, usado por uma determinada empresa, por mais de um ano é uma operação não tributada e, por conseguinte, não sujeita ao pagamento da diferença de alíquotas.

Conclui pela improcedência da ação fiscal e requer o cancelamento do débito ora reclamado.

O autuante presta a informação fiscal às fls. 35 a 36 dizendo que de acordo com informações colhidas junto ao sistema Sefaz –INC em quatorze de abril próximo passado, a empresa supracitada encontrava-se INAPTA desde outubro de 2010. No mesmo instrumento informatizado, não constava nenhum recolhimento de imposto e, também nenhuma nota fiscal eletrônica emitida desde então. Entretanto, no SPED-Nota Fiscal Eletrônica registrava a compra no mês de julho do ano passado de 3(três) Caminhões Scania G470 no valor ao todo R\$388.000,00 (trezentos e

oito mil reais),ou seja, a empresa continuava a exercer suas atividades mesmo na condição de inapta.

Por esta razão foi lavrado o auto de infração exigindo o recolhimento do diferencial de alíquota correspondente ao valor histórico de R\$65.960,00(sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais). Em razão disso, o sujeito passivo pede impugnação do lançamento do imposto, com base na não incidência sobre as saídas de bens integrados ao ativo permanente, alegando ativo usado por mais de um ano, com fundamento no art.3º,VIII da Lei 7014/96 .

Aduz que a interpretação gramatical não é o único meio adequado, ou seja, por si só não é suficiente para uma interpretação jurídico. Entende que citado o dispositivo é claro: saídas de bens integrados no ativo no próprio estabelecimento, por mais de um ano.

Destaca que o Auto de Infração não foi lançado sobre a saída do ativo permanente , e sim sobre a entrada no Estado da Bahia, dessa forma a subsunção quanto o caso concreto se enquadra à norma legal do inc. XV do art.4º da Lei 7014/96 c/c art.305 §4, inciso III , a do Dec.13780/1. Conforme se observa não há distinção no diferencial de alíquota sobre ativo novo ou usado.

Pede a procedência do Auto de Infração.

### VOTO

O Auto de Infração trata da falta de pagamento da diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais de bens destinados ao “ativo fixo” do estabelecimento.

O autuado, na defesa, alega que os bens objeto da acusação são isentos de pagamento do ICMS pois diz respeito a aquisição de bens do ativo, usado por mais de um ano por estabelecimento localizado em outro estado. Afirma estar amparado pela legislação do Estado de Origem, no caso o Paraná, e no próprio Estado da Bahia, conforme disposto no inciso VII do art. 3º da Lei 7.014.

Na informação fiscal, o autuante discorda do entendimento da autuada sob o argumento de que a exigência não diz respeito a saída do ativo permanente , e sim sobre a entrada no Estado da Bahia, dessa forma o caso concreto se enquadraa norma legal do inc. XV do art.4º da Lei 7014/96 c/c art.305 §4, inciso III , a do Dec.13.780/12.

Analisando as peças processuais e a legislação que rege à espécie, a diferença entre a alíquota interna do ICMS do Estado destinatário e a alíquota interestadual aplicável na operação conhecida como DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - DIFAL, será exigida nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas para serem utilizadas como material de uso e consumo ou compor o ativo imobilizado do contribuinte adquirente.

No Estado da Bahia, foi instituída a exigência na Lei 7.014/96 (art. 2º inciso IV), transcrição que segue, vigente, na época dos fatos ocorridos, nos presentes autos.

O art. 2º inciso IV da Lei 7.014/96, assim define a ocorrência do fato gerador:

*IV- da entrada ou da utilização, conforme o caso, efetuada por contribuinte do imposto, de mercadoria, bem ou serviço, em decorrência de operação interestadual ou de serviço cuja prestação tenha sido iniciada em outra unidade da Federação, quando a mercadoria ou bem forem destinados ao seu uso, consumo ou ativo permanente ou quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subseqüentes alcançadas pela incidência do imposto.*

Ocorre que para se definir em relação à obrigatoriedade ou não do pagamento do diferencial de alíquota é necessário se analisar o disposto no inciso VIII do art. 3º do mesmo dispositivo legal a seguir transcrito:

*Art. 3º O imposto não incide sobre:*

*(...)*

*VIII – saídas de bens integrados no ativo permanente, desde que tenham sido objeto de uso, no próprio estabelecimento, por mais de um ano, antes da desincorporação.*

Assim, da leitura do dispositivo legal acima, conclui-se que para ser exigido o diferencial de alíquota em aquisições de bens desincorporados do Ativo Imobilizado de empresa localizada em outro estado é necessário que os mesmos tenham sido objeto de uso naquele estabelecimento por menos de um ano.

No caso sob análise inexistente prova desta condição, já que de acordo com o dispositivo legal do estado de origem citado pelo autuado e também inserido nos documentos fiscais objeto da acusação, fls. 08/09, a isenção é concedida nas saídas de bem do Ativo Imobilizado, independente do seu tempo de uso no estabelecimento da empresa. É o que prevê o inciso XIII do art. 3º do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná:

*“ Art. 3º - O imposto não incide sobre:*

*(....)*

*XIII – saídas de bens do ativo permanente”*

Portanto, a luz das análises supra, entendo que não ficou comprovado nos autos o tempo em que os bens, objeto do presente lançamento de ofício, permaneceram no estabelecimento da empresa remetente, estabelecida no estado do Paraná, condição necessária para se exigir ou não o pagamento da diferença de alíquotas, gerando assim insegurança na determinação da infração.

Assim, com fulcro no art. 18, inciso IV, alínea “a”, do RPAF/BA, decreto de ofício a NULIDADE do Auto de Infração e represento a autoridade competente para que verifique a possibilidade de instaurar novo procedimento fiscal, a salvo de falhas.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **281521.0010/15-0**, lavrado contra **METALÚRGICA IPIRANGA LTDA-ME**

Esta Junta de julgamento recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de fevereiro de 2016

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA